POLÍTICAS ÉTNICO RACIAIS E RELIGIOSAS QUE NÃO SÃO TRABALHADAS NAS ESCOLAS

JONNY MENDES DE ARAÚJO

RESUMO

A ausência de um ensino adequado sobre políticas étnico-raciais e religiosas nas escolas é um problema que perpetua a ignorância e a intolerância em nossa sociedade. A educação desempenha um papel crucial na formação de indivíduos conscientes, críticos e empáticos, e a falta de abordagem desses temas essenciais deixa uma lacuna significativa no desenvolvimento dos estudantes e na promoção da igualdade e do respeito. Ao negligenciar a inclusão de políticas étnico-raciais, as escolas falham em oferecer um ambiente que celebre a diversidade e combata o racismo e a discriminação. A história e as contribuições de diferentes grupos étnicos e raciais muitas vezes são omitidas ou distorcidas, o que resulta em uma visão limitada e muitas vezes distorcida da realidade. Da mesma forma, a falta de atenção às políticas religiosas nas escolas também é preocupante. Em um mundo cada vez mais plural e diversificado, é fundamental que os alunos compreendam e respeitem as crenças e práticas religiosas de seus colegas, a fim de promover a harmonia e a coexistência pacífica. A educação sobre políticas étnico-raciais e religiosas não apenas promove a aceitação e o respeito mútuo, mas também prepara os jovens para viver em uma sociedade globalizada e multicultural. Ao abordar essas questões de forma adequada, as escolas contribuem para a construção de uma sociedade mais justa, inclusiva e igualitária. Portanto, é fundamental que as políticas educacionais priorizem a inclusão desses temas no currículo escolar, garantindo que os estudantes tenham a oportunidade de aprender e refletir sobre questões tão importantes para a construção de uma sociedade mais justa e democrática.

Palavras-chave: Educação; Ensino; Sociedade.

INTRODUÇÃO

A comunidade brasileira ao longo dos últimos séculos difundiu uma concepção de igualdade étnica, na convivência entre indivíduos de diferentes raças, essa narrativa estava fundamentada em uma crença de que no Brasil não ocorreu uma ação que segregasse pessoas de raças distintas. Essa abordagem encobriu problemas e disparidades no acesso à educação, emprego e habitação, além de outros conflitos raciais presentes em nossa sociedade.

O mito da igualdade étnica baseado na ideia de uma miscigenação entre indivíduos brancos, negros e indígenas. Diversos grupos étnicos coexistiam em perfeita harmonia sem quaisquer diferenças, prevalecendo, nesse contexto, uma convivência pacífica e "igualitária" entre os variados grupos. Essa foi a estratégia utilizada para descrever a sociedade brasileira, o que dificultou abordar as disparidades entre indivíduos de raças diferentes, especialmente no que se refere ao acesso à educação, emprego, cultura, política e nos diversos espaços de representação social, cultural e política.

Debater as dinâmicas raciais na educação e as medidas de reparação para pessoas negras é um tópico que suscita controvérsias. Os educadores não estavam adequadamente capacitados para identificar as contradições do discurso predominante de que no Brasil não existem diferenças entre negros e brancos, e que todos têm as mesmas oportunidades. Os professores não se sentiam preparados para lidar com um tema que frequentemente gera grande comoção.

A promulgação da Lei 10.629/2003 representa uma mudança cultural e abre espaço para quê? Sua aplicação é efetiva? Infelizmente, acredito que as respostas para essas perguntas sejam negativas, principalmente porque a criação de leis não traz transformações se não forem implementadas ações para garantir sua disseminação e cumprimento efetivo. Não basta o Estado criar leis, é necessário preparar adequadamente os profissionais para que eles ajam de maneira a cumprir verdadeiramente essa lei.

A efetiva implementação da Lei nº 10.639/2003, por exemplo, ainda é um desafio, pois a maioria dos professores em nosso país não se sente preparada para cumpri-la.

Os educadores optam por não abordar esse assunto delicado, pois consideram que é um tema complexo, e essas questões ainda geram constrangimento no debate público, dada a maneira como foram formados. Portanto, eles preferem o silêncio.

A ESCOLA E OS PRIMEIROS CONFLITOS

Cavalleiro (2003) ressalta que na instituição educacional, as crianças deparam-se com seus primeiros conflitos relacionados à tonalidade da pele, uma vez que utilizam ofensas associadas à raça negra de forma pejorativa, com o objetivo de se colocarem como superiores aos outros. Nesse contexto, a vítima, ao se sentir inferiorizada em relação aos colegas, muitas vezes acaba vivenciando medo, dor e impotência diante da insensibilidade flagrante por parte dos demais. A escola e todo o corpo docente devem estar constantemente vigilantes em relação a essas práticas discriminatórias no ambiente escolar, uma vez que tais casos podem até resultar na reprovação do aluno que sofre esse tipo de abuso.

A abolição da escravidão no Brasil não resultou na plena liberdade de pessoas negras no país. A falta de meios para garantir o acesso dos negros à educação, empregos dignos, cultura e moradia adequada os colocou em uma situação complexa, sendo direcionados para as piores ocupações e até mesmo marginalizados.

A sociedade burguesa brasileira que emergiu com o advento da República tinha uma visão de uma sociedade branca, reforçada pela imigração de grupos europeus. Assim, pouco ou nada restou para os negros que contribuíram com seus sonhos e vidas para os primeiros movimentos de geração de riqueza no país. Como resultado, os negros foram submetidos a processos de discriminação racial e marginalização.

É ingênuo pensar que a assinatura de uma lei livraria os negros de um passado triste marcado por dor e humilhações profundas. Durante muito tempo, foi criado o mito de uma democracia racial, na qual, a partir desse momento, todos teriam os mesmos direitos e oportunidades. No entanto, a realidade é diferente, uma vez que a população negra (negros e pardos) atualmente representa mais de 50% da população brasileira. Esse cenário evidencia disparidades sociais, econômicas, educacionais e de trabalho, pois essa maioria estava excluída das ações governamentais voltadas para o acesso a serviços públicos.

Com base no último levantamento demográfico realizado em 2010 no Brasil, é evidente a existência de notáveis disparidades entre brancos e negros no país, especialmente em termos econômicos, acesso ao emprego, renda e aos serviços básicos, como saúde, educação e saneamento. Outro dado de grande relevância proveniente do censo de 2010 revela que 16,27 milhões de pessoas vivem em extrema pobreza no Brasil, sendo que 70% delas sãos negras. Isso me leva a questionar se, em um país que se autoproclama multicultural e aberto ao novo, a criação de leis seria necessária para que a história da maioria de seu povo fosse contada e valorizada de maneira adequada.

Ao refletir sobre as novas exigências curriculares visando a formação de cidadãos mais conscientes, torna-se imprescindível promover discussões acerca das identidades e das relações étnico-raciais nas escolas. Tais medidas representam alternativas para a emancipação da educação e o desenvolvimento de políticas de igualdade social. Nesse sentido, a implementação da Lei 10.639/2003 surge como uma ferramenta que possibilitou uma visão mais sensível por parte de nossa sociedade em relação à população negra, que há tempos sofre com o preconceito racial e social.

É possível afirmar que a escola desempenha um papel fundamental na formação e transformação da mentalidade de um indivíduo, sendo também um ambiente onde encontramos um alto índice de discriminação, seja ela de gênero, religião ou raça. Portanto, podemos compreender que a:

> Discriminação tem o sentido de separar, distinguir, estabelecer diferenças, segregar. Traduz-se em ações negativas concretas, em práticas individuais e institucionais que violam os diretos sociais e humanos e a igualdade de tratamento, com base em critérios pré-estabelecidos, de forma singela ou não. (GONÇALVES, 2006, p.35).

O papel desempenhado pela instituição es-

colar, nesse contexto, e por seus profissionais é promover um trabalho voltado para a conscientização das crianças e jovens em relação à igualdade e ao respeito pelas diferenças. São iniciativas como essas que podem garantir a construção de uma sociedade mais equitativa, que valorize e considere as diversidades.

Diante do exposto acima, a justificativa deste estudo reside na necessidade de uma abordagem cuidadosa em relação à implementação de leis como a Lei 10.639/03, que modifica a Lei de Diretrizes e Bases da Educação, estabelecendo a inclusão no currículo do ensino das relações étnico-raciais, da história e da cultura afro-brasileira. Posteriormente, em 2008, outra lei foi aprovada, a Lei 11.645/08, que resultou em alterações na Lei 10.639/03, tornando obrigatório o ensino da história e cultura afro-brasileira tanto no ensino fundamental quanto no médio, tanto na rede pública quanto na rede privada em todo o país.

OS MOVIMENTOS NEGROS, EDUCAÇÃO E RACISMO

Esses marcos legais são fruto de décadas de debates promovidos por movimentos negros e liderados por agentes públicos que reconheceram a importância desses temas para o progresso da sociedade. Eles representam uma conquista significativa para toda a população negra, e, portanto, é importante destacar que:

As leis refletem as tensões presente na sociedade. De um lado, políticas que pretendem a permanência do racismo estrutural revelado ora pela invisibilidade da raça, ora pelo mito da democracia. De outro, a luta pelo rompimento desses mecanismos. A análise das leis me permite afirmar que o resultado desta tensão tênue e frágil para dar conta do tamanho da desigualdade a ser enfrentada. (DIAS, 2005, p.59)

A implementação de instrumentos jurídicos que modificam, de certa forma, os currículos escolares têm como propósito incorporar elementos culturais e históricos da comunidade negra, que desempenharam um papel fundamental na formação de nossa sociedade. A história da África, por exemplo, bem como a luta dos povos indígenas e negros, ressalta a narrativa de um povo que constitui a grande maioria da população brasileira, mas que historicamente tem sido tratado como uma minoria.

A pluralidade étnico-racial resulta de uma mistura de diversas origens étnicas, representadas pelo movimento da comunidade negra, que reconhece e valoriza de maneira positiva sua herança cultural afrodescendente, buscando sua valorização em todas as esferas da sociedade. De acordo com Gomes (2002, p. 40), "o fato de sermos diversos como seres humanos e sujeitos sociais talvez seja uma de nossas maiores semelhanças". Em outras palavras, a miscigenação faz parte da cultura brasileira, tornando-nos diferentes uns dos outros, e é por meio dessas diferenças que reconhecemos nossas identidades e valores.

Seguindo essa linha de raciocínio, é evidente que há um percurso extenso a ser trilhado em direção à conscientização plena da humanidade, mesmo levando em conta que em qualquer contexto é fundamental erradicar qualquer forma de discriminação ou injúria racial.

Diversas medidas de promoção da igualdade têm sido adotadas para combater o racismo, buscando assegurar oportunidades para grupos marginalizados em diversos segmentos da sociedade, visando promover equidade e tratamento justo para todos que pertencem à comunidade negra.

As leis de segregação discriminatórias privavam indivíduos de origens étnico-raciais específicas de desfrutar plenamente de seus direitos como cidadãos, segregando-os uns dos outros com base em critérios de "raça". Nesse contexto, as políticas de ação afirmativa surgiram como uma revolução, iniciando uma luta coletiva liderada pelo movimento negro e seus apoiadores brancos liberais. No entanto, mesmo diante de todas essas transformações, a sociedade ainda apresenta obstáculos que impedem a plena integração da população negra no convívio social, resultando em discriminação com base em sua raça e limitando sua participação em funções importantes.

A instituição educacional é o local ideal para abordar essas temáticas, uma vez que se trata de um espaço propício para a interação social e o estímulo a debates entre estu-

dantes e educadores.
Os Parâmetros Curriculares Nacionais (1998, p.137) destacam que:
A Pluralidade na escola oferece aos alunos oportunidades de conhecimento de suas origens como brasileiros e como participantes de grupos culturais específicos. Ao valorizar as diversas culturas presentes no Brasil, propicia ao aluno a compreensão de seu próprio valor, promovendo sua autoestima como ser humano pleno de dignidade, cooperando na formação de autodefesas a expectativas indevidas que lhe poderiam ser prejudiciais.

A diversidade presente no ambiente escolar revela as realidades que frequentemente são ocultadas e excluídas por falta de reconhecimento, possibilitando uma compreensão mais ampla por parte dos estudantes afrodescendentes e incentivando a valorização de suas próprias identidades.
Ainda há uma série de concepções equivocadas que precisam ser esclarecidas em relação ao movimento negro, pois há uma crença errônea de que as discussões sobre questões raciais não têm impacto nas escolas, limitando-se apenas às pessoas envolvidas no movimento afrodescendente e seus estudiosos.
No entanto, é imprescindível que haja uma conscientização abrangente por parte de todo o corpo docente, reconhecendo a relevância de debater esse tema. Segundo a autora Gomes (2002, p. 41), "para romper com essa inércia em relação à questão racial na escola, é necessário assumir o compromisso pedagógico e social de combater o racismo, compreendendo-o à luz da história e da realidade social e racial de nosso país".
A autora ressalta a valiosa contribuição de toda a equipe pedagógica como agentes motivadores, reconhecendo as lutas dos principais protagonistas que compõem a verdadeira história do Brasil.
Gomes e Jesus (2013, p. 32) afirmam que:
O caráter emancipatório da obrigatoriedade do ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana tem contribuído para legitimar as práticas pedagógicas antirracistas já existentes, instiga a construção de novas práticas, explicita divergências, desvela imaginários racistas presentes no cotidiano escolar e traz novos desafios para a gestão dos sistemas de ensino, para as escolas, para os educadores, para a formação inicial e continuada de professores e para a política educacional.

Em virtude da necessidade de incluir esse ensino em currículos escolares, as questões relacionadas ao racismo ganharam visibilidade, deixando de ser um preconceito silencioso e passando a ser amplamente reconhecidas, desempenhando um papel importante na promoção da convivência escolar harmoniosa.
No entanto, apesar de todo o empenho pedagógico para o reconhecimento das relações étnico-raciais, o autor Defourny (2011, s/p) relata:
O livre acesso e a fixação do negro em sala de aula não asseguram a diminuição das injustiças das relações étnico-raciais, pois se não houver uma modificação estrutural que faça parte dos sistemas educacionais, incluindo o respeito e a valorização, a sociedade continuará repetindo os mesmos preconceitos já existente na sociedade.

O autor ressalta que não basta apenas ter muitos estudantes negros nas escolas, se não houver uma educação que promova o respeito e a dignidade, fomentando a cidadania entre as diversas etnias presentes no ambiente escolar.
O preconceito racial, visto como uma mentalidade historicamente moldada e influenciada, que está difundida em todos os setores da sociedade, também está presente no sistema educacional, começando desde a fase inicial da educação. A transmissão de cultura, conhecimento e valores, bem como modelos sociais de conduta, e a formação da personalidade ocorrem através da educação (BRANDÃO, 2013; CHARLOT, 2013).
Ao compreender que a educação é concebida e estruturada de forma sistemática dentro de um contexto histórico permeado por aspectos sociais, culturais, políticos e econômicos, percebe-se que ela está sujeita a tensões, disputas de ideias e a predominância de certos grupos na sociedade. Nessa ótica, a instituição educativa é um ambiente inserido numa comunidade e os conflitos e dilemas enfrentados pela sociedade se refletem

na escola por meio das experiências individuais e coletivas dos alunos.

Dessa forma, atitudes racistas se manifestam nas interações entre crianças, entre adultos, professores e crianças. É sabido que a instituição de ensino pode se tornar um ambiente que reproduz ideias racistas e fortalece o preconceito, discriminando as diferenças, mas também pode se tornar um local de análise e questionamento dessas práticas. Portanto, é relevante a discussão sobre as relações étnico-raciais no âmbito educacional.

Para compreendermos o fenômeno do preconceito racial, devemos começar pela ideia de grupo étnico que, conforme Munanga (2003), foi delineada na ciência a partir das categorizações de plantas e animais propostas pelo estudioso Lineu (1707-1778).

De acordo com Munanga (2003) e Francisco Júnior (2008), autores que abordam os conceitos de etnia e discriminação em suas obras, a supremacia da pele branca, expressão utilizada por Francisco Júnior (2008), era empregada para descrever a população de pele clara que considerava sua superioridade racial e se esforçava cientificamente para justificar a dominação de diversos grupos étnicos.

Munanga (2003) destaca que as pesquisas e experimentos que identificaram variações biológicas como tamanho e forma do crânio entre pessoas de diferentes etnias tinham como objetivo principal justificar a exploração de grupos diversos. Segundo Schucman (2010), com os avanços científicos, torna-se difícil sustentar teoricamente ideias que promovem distinções raciais entre seres humanos:

No século XX, com os progressos nas áreas biológicas e genéticas, os estudiosos nesse campo concluíram que a raça como uma realidade biológica não tem base, pois os marcadores genéticos de uma determinada etnia poderia ser encontrados em outras, e, portanto, experimentos genéticos demonstraram que: indivíduos negros, brancos e asiáticos não apresentavam marcadores genéticos que os diferenciassem enquanto grupos étnicos. Assim, embora as heranças genéticas dos seres humanos variem, tais diferenças não são suficientes para classificá-los em raças. (SCHUCMAN, 2010, p. 44)

Após o desenvolvimento das civilizações, percebe-se a tendência humana de categorizar funções, objetos e até mesmo indivíduos. Munanga (2003) explora conceitos de etnia derivados do latim que se relacionam com os termos descendência e linhagem, conceitos presentes desde a antiguidade grega, onde a crença era de que certos indivíduos nasciam destinados a atividades que envolviam o pensamento e a argumentação, enquanto outros para a guerra e trabalhos manuais.

A noção de diferenças étnicas deriva de ideologias que apoiam crenças que legitimam a superioridade entre pessoas, permitindo a exploração de um grupo por outro. O conceito de racismo surge a partir da noção de etnia e, segundo Schucman (2010), o racismo engloba qualquer tentativa de justificar a dominação entre indivíduos: "Considero racismo qualquer fenômeno que justifique as diferenças, preferências, privilégios, dominação, hierarquias e desigualdades materiais e simbólicas entre seres humanos, baseado na ideia de etnia".

No estudo de Florim (2019), são ilustrados alguns princípios da servidão ancestral, explorando as ideias contidas nas contribuições de Aristóteles, pensador grego que segundo Florim (2019) questionou a validade da escravidão em suas obras de moral e política, e examinou as diversas maneiras de controle ou governo de um indivíduo sobre outro.

De acordo com Florim (2019), Aristóteles descreve traços fundamentais impostos a um indivíduo subjugado, que se assemelham a propriedades, restringindo os desejos naturais de um ser humano:

Aristóteles começa por expor os dois primeiros atributos que definem o cativo: ele é um bem do dono e um utensílio de produção. Cada posse é um instrumento para a existência, e a posse é um conjunto de utensílios. Também é mencionado que o escravo é uma posse animada, e que cada subordinado é um instrumento de ação, tornando assim o escravo um subordinado na hierarquia dos instrumentos de ação (FLORIM, 2019, p. 4).

O indivíduo submetido é dominado e transformado em propriedade de seu mestre, sendo visto como um objeto. Em outras pa-

lavras, a pessoa deixa de pertencer a si mesma, perdendo a autonomia para pertencer a outrem.

No Brasil, e em outros lugares, a comunidade negra descendente dos africanos enfrenta os preconceitos do racismo, sendo marginalizados em relação à sua aparência, tradições e cultura em geral. O documento "Alfabetização e Diversidade. Diretrizes e Ações para a Educação das Relações Étnico-Raciais" (BRASIL, 2006), com contribuições de autores como Cavalleiro et al. (2006), destaca que isso ocorre devido à escravidão que supostamente terminou em 1888, mas deixou marcas profundas na sociedade brasileira. As diferenças físicas, culturais e religiosas encontradas pela população europeia durante as grandes navegações levaram, segundo Trinidad (2011), à dúvida por parte dos europeus sobre a humanidade dos povos encontrados:

A reflexão sobre o conceito de humanidade até então conhecido, em decorrência das navegações europeias e das descobertas de novas civilizações, levou os europeus a questionarem sobre os "outros", recentemente encontrados, indagando se os nativos dos territórios explorados eram tão humanos quanto eles do Velho Mundo. Dessa forma, a discussão e a comparação entre "nós" e "outros" surgiram (TRINIDAD, 2011, p. 26).

No cenário brasileiro, as ramificações das noções de raça e racismo influenciaram a estrutura da sociedade contemporânea, gerando disparidades sociais e raciais. Para compreender a história da população negra no Brasil e o papel da educação na luta contra o racismo, é fundamental, segundo Cavalleiro et al. (2006), considerar a antiga dívida histórica adquirida há muito tempo com o sequestro dos povos negros de suas terras de maneira brutal para se tornarem escravos, abandonando assim toda uma existência em sua região, submetidos a um processo cruel e desumano de escravização em nome da ganância de outros povos.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Diante de medidas de reparação, torna-se evidente que o estudo das relações étnico-raciais precisa ser destacado e valorizado. A fim de que as crianças possam aprender e respeitar essa diversidade, é fundamental que elas tenham um profundo conhecimento da verdadeira história e que as famílias sejam conscientizadas sobre a importância do estudo das relações étnico-raciais, indo além do ambiente da sala de aula.

O docente desempenha um papel crucial na educação do estudante em relação às questões de diversidade étnico-racial, porém é necessário que esteja capacitado para enfrentar essa realidade de preconceitos evidentes que ocorrem dentro das salas de aula.

A contemplação é o passo inicial rumo à conscientização, pois os estudantes são os principais agentes dessa narrativa e necessitam de um estudo aprofundado nesse campo, inclusive para abordar suas dúvidas e receios ao discutir o tema. Portanto, é fundamental que seja abordado de maneira adequada e evitando interpretações equivocadas por parte dos próprios alunos.

A colaboração dos professores com os alunos é de extrema importância, com o objetivo de aprender com as diversidades presentes na sala de aula e promover o reconhecimento e valorização dessas diferenças na sociedade. Dessa forma, é possível esclarecer as dúvidas dos demais estudantes.

Percebemos a falta de familiaridade dos professores com o assunto. Embora sejam conscientes da relevância de abordar o respeito racial em sala de aula, essa temática ainda é envolta por tabus e preconceitos. A escola assume um papel privilegiado para fomentar a cidadania e o respeito mútuo entre os estudantes.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BRANDÃO, C. R. O que é educação. São Paulo: Brasiliense, 2013. (Coleção Primeiros Passos; 20).

BRASIL. História e cultura africana e afrobrasileira na educação infantil.- Brasília, Ministério da Educação Representação da UNESCO no Brasil.

Universidade Federal de São Carlos, 2014.

BRASIL. Parâmetros Curriculares Nacionais-Pluralidade Cultural. Secretaria de Educação Fundamental, p.137. Sem ano.

BRASIL. Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnicos-Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana. Brasília | DF | outubro | 2004.
BRASIL. Lei 10639/2003. Altera a lei 9394/1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no curriculum da rede de ensino a obrigatoriedade do ensino da história e cultura afrobrasileira. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2003/L10.639.htm. Acesso em: 07 ago.2024.
CAVALLEIRO, Elaine. Educação anti-racista: compromisso indispensável para um mundo melhor. IN CAVALLEIRO, Elaine. Racismo e anti-racismo na educação: repensando a nossa escola. São Paulo: Selo Negro, 2003.
CHARLOT, B. A mistificação pedagógica: realidades sociais e processos ideológicos na teoria da educação. Trad. Maria José do Amaral Ferreira. rev.
e ampl. São Paulo: Cortez, 2013.
DEFOURNY, Vincent. Diversidade étnico-racial na educação básica.
CORREIOBRAZILIENSE • Brasília, sábado, 19 de novembro de 2011 • Opinião
• 23.
DIAS, L. Quantos passos já foram dados? A questão da raça nas leis educacionais - da LDB de 1961 à Lei 10.639, de 2003. In: ROMÃO, J. (org.). História da educação do negro e outras histórias. Brasília, DF: Ministério da Educação, 2005. p. 49-62.
FLORIM, Bruna Galli da Silva Prado. A formação do direito civil a partir da escravidão. Revista Pensamento Jurídico, São Paulo, v. 14, n. 2, p. 449-471,
2019. Disponível em: https://fadisp.com.br/revista/ojs/index.php/pensamentojuridico/article/ view/188.
Acesso em: 15 ago.2024.
GOMES, Nilma Lino. Cultura negra e educação. Universidade Federal de
Minas Gerais, Faculdade de Educação Revista Brasileira de Educação 2003 p.
81, ibid., p.172.
GOMES, Nilma Lino. Educação e identidade negra. Aletria 2002.
GOMES, Nilma Lino. O movimento negro no Brasil: Ausências, emergências e a produção dos saberes. Ibid., p. 138, Volume 10 –Nº18 – abril de 2011.
GONÇALVES, Vanda Lúcia Sá. Tia, qual é o meu desempenho? Percepções de professores sobre o desempenho escolar de alunos negros. (Coleção Educação e Relações Raciais), v.7. Cuiabá: EdUFMT, 2007. Dissertação de mestrado-Cuiabá: UFMT, 2006.
MUNANGA, K. Uma abordagem conceitual das noções de raça, racismo, identidade e etnia. Palestra proferida no 3º Seminário Nacional Relações Raciais e Educação PENESB-RJ, em 5 nov. 2003.
SPRICIGO, Gislaine Maximino de Lima. Os desafios da escola pública
Paranaense na perspectiva do professor PDE. Versão Online ISBN 978-858015-080-3 Cadernos PDE. 2014.
TRINIDAD, Cristina Teodoro. Identificação étnico-racial na voz de crianças em espaços educação infantil. Tese (Doutorado em Educação) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, 2011. Disponível em: https://repositorio.pucsp.br/jspui/handle/handle/15994. Acesso em: 10 ago.2024.